A imbricação entre trabalho no Porto, sindicato e agremiações carnavalescas teve continuidade em momentos posteriores e, embora fugindo ao recorte desta pesquisa, vale citar ao menos o exemplo significativo da Escola Império Serrano. Fundado nos anos 1940, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano originou-se de uma dissidência descontente com a "gestão autoritária" de uma outra escola de samba antes existente na Serrinha (em Madureira, subúrbio do Rio). A Império Serrano foi desde a origem uma escola associada aos portuários e à "Resistência" em especial. O sindicato patrocinou a origem da escola, comprando-lhe a bateria, e continuou a financiar parte de suas atividades nas décadas seguintes, contribuindo para o caráter "democrático" de uma agremiação que surgiu da discordância com o autoritarismo e manteve-se independente dos "patronos" ligados ao jogo do bicho. A quadra da escola leva hoje o nome de Eloy Antero Dias – Mano Eloy –, que presidia a Resistência na época da fundação da Império, e os filiados ao Sindicato dos Arrumadores (herdeiro da Resistência no pós-1930) continuam tendo passe livre na Escola, simbolizando o seu vínculo com o sindicato.[291]

Interessou-nos mais de perto neste capítulo a dimensão da organização dos trabalhadores em espaços de articulação de mobilizações e movimentos coletivos com a finalidade de defesa de interesses profissionais e/ou de classe, constituindo-se por isso mesmo em veículos fundamentais na construção da identidade e na formação da consciência de classe. Os capítulos seguintes acompanham essas outras dimensões do processo de formação da classe ao longo do recorte de tempo aqui estudado.

[291] Galvão, Olívia. *A sociedade...*, *op. cit.*, p. 52-53 e Arantes, Erika. *O porto negro...*, *op. cit.*, p. 133.

RESISTÊNCIA E LUTA

Neste estudo propomos a discussão do processo de formação da classe trabalhadora, tendo em conta que não há um marco zero a partir do qual possa se estabelecer quais são os movimentos coletivos efetivamente embalados por uma consciência de classe definitivamente estabelecida. Tomamos a análise de Thompson acerca dos motins por alimentos na Inglaterra do século XVIII como referência inicial para a discussão dos movimentos sociais movidos pelos explorados em momentos anteriores ao da situação de classe própria ao capitalismo. Contrariando as análises que lhes conferiam um caráter espasmódico, caracterizando-os como decorrentes de explosões desorganizadas de revolta diante da falta de alimentos, Thompson encontra nesses eventos um padrão e uma regularidade que lhe permite analisar "a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais freqüência se envolviam nas ações".[292]

Assim, em vez de erupções violentas de revolta irracional, Thompson constatou a existência de uma "forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros".[293] Isso seria possível porque esse tipo de

[292] Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 204.
[293] Idem, p. 152.

ação popular possuía uma "noção legitimadora", já que "os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais".[294] Neste sentido, Thompson entende "boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume".[295]

Tais confrontos, a economia moral da plebe, as noções legitimadoras e a experiência da ação popular direta do século XVIII não são, entretanto, fenômenos findos em si mesmos, ultrapassados pela afirmação definitiva da economia de mercado inovadora característica do capitalismo. Do ponto de vista da formação da classe trabalhadora, no período seguinte, esses processos serão incorporados como parte do arsenal de referências a partir das quais se interpreta a nova experiência de exploração. Por isso, para Thompson, "nesses confrontos é possível perceber o delineamento das subseqüentes formações de classe, bem como da consciência de classe; e os fragmentos residuais das antigas estruturas são revividos e reintegrados no âmbito dessa consciência de classe emergente".[296]

Não seria nosso objeto aqui tentar localizar uma "economia moral" de trabalhadores escravizados e/ou livres no Rio de Janeiro do século XIX. O próprio Thompson, aliás, teve a oportunidade de comentar e criticar os usos e abusos do termo em trabalhos posteriores.[297] Trata-se, porém, de destacar a pertinência da análise dos movimentos sociais precedentes para o adequado entendimento da reintegração dessas experiências no próprio processo de formação da classe trabalhadora. No caso carioca, esse horizonte de análise nos coloca diante do desafio de examinar tanto movimentos movidos pelos trabalhadores escravizados quanto os impulsionados pelos livres na vigência da

[294] Idem, p. 152.
[295] Idem, p. 21.
[296] Idem, p. 21.
[297] Idem, p. 256-266.

escravidão, conferindo ainda maior destaque para os que combinaram a ação dos dois segmentos.

Já quando se trata de pensar as ações coletivas empreendidas pela classe trabalhadora propriamente dita, as greves possuem um papel de destaque na maior parte das análises. Numa definição simples, como a de um dicionário, a greve costuma ser entendida como "a cessação temporária do trabalho, decidida de forma concertada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de ver atendidas suas reivindicações específicas ao nível da empresa, ou gerais, envolvendo interesses mais amplos da população".[298]

Os movimentos grevistas possuem, além disso, múltiplas dimensões que devemos ser capazes de resgatar. Michelle Perrot pesquisou as greves francesas dos anos 1870 aos 1890 e ressaltou algumas dessas dimensões. De um lado, as greves se apresentam, para a autora, como uma combinação de variáveis – extensão, duração e identidade, por exemplo – que cabe ao pesquisador relacionar para construir sua análise. Desse ponto de vista, "toda greve se comporta como uma totalidade constituída por uma combinação variável de elementos idênticos".[299]

Por outro lado, as greves revelam personagens e atitudes sepultadas pelo cotidiano do trabalho e da cidade. Ainda que momentâneas, essas revelações podem acrescentar muito aos que se interessam não apenas pelas greves, mas pela dinâmica da formação da classe e de seus conflitos. Ainda seguindo Perrot:

> "Figuras até então desconhecidas emergem momentaneamente, tomam o palco por um instante apenas para serem submergidas novamente segundos depois. Essas são preciosas, formas passageiras, o esqueleto de um movimento no qual muito freqüentemente nós conhecemos apenas os atores principais. (...) Repleta de gestos

[298] Cattani, Antonio David. "Greve", em *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Porto Alegre/Petrópolis, EdUFRGS/Vozes, 1997, p. 120.
[299] Perrot, Michelle. *Workers on Strike. France, 1871-1890*. New Haven/Londres, Yale University Press, 1987, p. 4-5.

e sons, uma greve é um jorro de palavras, um pisicodrama no qual caminhos reprimidos são liberados. Mergulha-se até o coração das massas anônimas."[300]

Esse enfoque do caráter da greve não apenas como instrumento de pressão mas também como forma de expressão é estendido por Perrot a um olhar sobre o conjunto das relações sociais – com empresários, Estado etc. – em que os trabalhadores estão imersos e que ganha uma dramaticidade maior nos momentos de paralisação. A greve "multiplica as relações entre classes e grupos sociais (...) Não são apenas os trabalhadores que ela nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto à sua frente pelos trabalhadores. Uma greve é uma relação dinâmica".[301]

Voltemos então a algumas das primeiras greves dos trabalhadores livres, mas também dos escravizados, às quais já nos referimos na introdução deste trabalho.

Primeiras greves

Voltemos à greve dos tipógrafos, de 1858, acontecimento comentado no início deste trabalho. Conforme salientamos na introdução, aquela greve, considerada por muitos a primeira no Brasil, parou os compositores das três folhas diárias que circulavam no Rio de Janeiro de então, tendo como demanda principal o reajuste dos salários, num contexto de alta do custo de vida. A Associação Tipográfica Fluminense arcou com os custos da compra do maquinário (o que consumiu praticamente todas as reservas da entidade) para publicar, durante a greve, o *Jornal dos Tipógrafos*. A greve – por eles chamada de coligação – parou apenas 80 compositores tipográficos, mas, graças ao jornal dos grevistas, teve grande repercussão.[302]

[300] Idem, p. 4.
[301] Idem, p. 4-5.
[302] O número de compositores empregados em cada jornal no momento da greve é fornecido por Artur J. R. Vitorino, *Máquinas e operários...*, *op. cit.*, p. 73-74, com base em artigo do *Jornal dos Tipógrafos*. Para a síntese da greve nos parágrafos seguintes, consultamos o livro de Vitorino e a coleção do *Jornal dos Tipógrafos*, disponível na BN.

Os esforços da Associação Tipográfica não se limitaram à compra dos equipamentos para a impressão do jornal. Uma comissão de seus sócios redigiu um apelo ao imperador para que arbitrasse o conflito e acompanhou representantes dos grevistas quando estes depuseram ao chefe de Polícia, explicando as razões do movimento. Diante do vazio legal em relação à greve e das justificativas dos tipógrafos, a polícia recomendou-lhes moderação, mas dispensou-os. Em face do empenho dos proprietários dos jornais junto ao Ministério da Fazenda – que resultou em pressões sobre os compositores da Tipografia Nacional para que substituíssem os grevistas –, os tipógrafos recorreram ainda ao ministro do Império.

Com o *Jornal dos Tipógrafos*, os grevistas intentavam indenizar os assinantes dos jornais diários da Corte pelo prejuízo da suspensão de sua circulação. Por isso publicavam todas as colunas comuns na época, como as publicações "a pedido", o movimento do Porto e os atos de governo. Mas publicavam também artigos em que explicavam as razões da penúria dos "artistas" cariocas, centrando-se na afirmação da ganância dos patrões (citavam números dos lucros dos jornais e o baixo custo do atendimento às reivindicações) e das causas da carestia, tida como resultante dos atravessadores de gêneros de primeira necessidade e da política econômica de abertura comercial exagerada. Apresentavam, como pano de fundo, sua visão sobre a sociedade e as alternativas para a melhoria da vida dos que dependiam de um ofício especializado para sustentar-se.

Até onde se sabe, pelos registros posteriores, alguns dos grevistas voltaram progressivamente ao trabalho, e a resistência dos que publicavam o *Jornal dos Tipógrafos* parece ter sido quebrada cerca de três meses após o início da greve, pois aquele periódico deixou de circular depois da edição de 12 de março de 1858. Nas avaliações posteriores dos tipógrafos, podemos nos certificar de que aquele acontecimento marcou profundamente a categoria, mas encontramos visões bastante diferenciadas sobre a greve.

Uma década depois, em 1867, o jornal *O Tipógrafo*, que começava a circular na Corte, publicou diversos artigos que faziam referência à greve. Num deles, sobre a trajetória da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, a "coligação" – "da discórdia" – é apontada como responsável pelo esvaziamento dos cofres da associação:

> "Instituída ela [a associação] tem caminhado; desejando ombrear-se com as principais associações de beneficência desta corte, cujo grau de altura já haveria atingido, se não lhe viesse cortar os passos a fatal coligação dos tipógrafos em 1858. No decorrer desse ano, em que a catástrofe se havia dado; como mãe carinhosa, quis ela seguir o exemplo de tudo quanto quer engrandecer-se, abrindo seus cofres para amparar os associados desempregados com a publicação do *Jornal dos Tipógrafos*, que apareceu e só pode respirar e morrer, por ser filho dessa coligação sem bases e sem união, ou antes da discórdia. Com o intento de pôr em prática uma dessas ações que costumam engrandecer a tudo o que procura seguir a vereda do progresso, ela ficou despojada de quanto tinha. Seus cofres ficaram exauridos, e depois de se lhe haver arrancado tudo, viu-se abandonada e ludibriada..."[303]

Na mesma edição daquele jornal, entretanto, um outro artigo defendia a realização de uma nova "coligação" contra os patrões.

> "Porventura não nos podemos erguer do estado aviltante a que os tem conduzido a cobiça sempre egoísta desses fanfarrões que se denominam – proprietários. Não estaremos em época de comportar uma coligação bem planejada. Por certo que sim. No resto do mundo todos os artistas coligam-se, quando os seus mais sagrados direitos são violados, para reavê-los; e por que razão no Brasil não se coligam os artistas do mesmo modo? Por que não se coligam os tipógrafos, agora que as folhas diárias aumentaram o preço das assinaturas, para reclamarem o seu aumento? Porque não querem... Pela falta de unidade..."[304]

Segundo esse último artigo, a greve de 1858 não fora bem-sucedida por falta de preparo anterior, o que se agravou com "traições", mas a coligação

[303] *O Tipógrafo*. Rio de Janeiro, 4/11/1867, p. 1.
[304] Idem, p. 3.

era justa e necessária. Daí que os tipógrafos não deveriam temer lançar mão novamente daquele recurso de luta:

> "A memorável coligação de 1858, planejada sob a pressão de idéias puras, jamais pôde atingir o efeito almejado devido à pouca reflexão de seus autores, que deviam antes ter fundado uma caixa de socorros para as eventualidades que dela pudessem surgir, como de fato se deu, aparecendo a contrariedade em tudo e passando por imensas vicissitudes a maioria dos tipógrafos, devido à infame traição. Alguém dirá que uma coligação hoje é coisa imprópria tal qual a queremos, porém, nós sustentamos que ela tem de aparecer por fato e por direito."[305]

A literatura memorialística e os estudos históricos registram algumas outras greves como a dos tipógrafos nas décadas seguintes. Para citarmos três casos de movimentos com reivindicações típicas de assalariados, podemos mencionar a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos, em 1866; a greve dos cocheiros da Botanical Garden, em 1873, demandando a readmissão de companheiros demitidos; ou a greve dos operários em construção, em 1888, pelo pagamento de atrasados.[306]

Mas já argumentamos – tomando em conta uma paralisação de escravos que trabalhavam no estabelecimento da Ponta D'Areia, em 1857, em que a reivindicação parece ter sido a suspensão dos castigos corporais – que deveríamos pensar em movimentos de suspensão do trabalho também por parte dos escravizados, para dar conta da diversidade de ações desse tipo na experiência dos trabalhadores cariocas na segunda metade do século XIX.

João José Reis chamou atenção para a possibilidade do recurso à greve por parte de trabalhadores africanos, escravizados ou livres, conforme constatou

[305] Idem, ibidem.
[306] Movimentos registrados em E. Rodrigues, *Trabalho e conflito*, s.d.; E. L. Lobo, (org.), *O Rio de Janeiro operário*. Rio de Janeiro, Acess, 1992; e José Linhares, "O operariado brasileiro no século XIX".

estudando o movimento dos ganhadores de Salvador, em 1857.[307] Esses se organizavam em "Cantos", grupos de carregadores que se localizavam em determinados espaços da cidade para aguardar o chamado ao trabalho, reunindo principalmente africanos, muitos deles libertos, outros ainda escravos. Esses grupos, demonstrando um razoável nível de articulação entre si, paralisaram o trabalho em junho daquele ano, durante cerca de uma semana, em protesto contra uma legislação local que instituía uma taxa de matrícula para cada ganhador, bem como obrigava ao uso de uma chapa com o número de matrícula do trabalhador (fosse ele escravo ou livre). Ao fim do movimento, conseguiu-se derrubar a taxa, embora não a obrigatoriedade do uso da chapa.

Não encontramos movimentos tão amplos no Rio de Janeiro. Porém, Maria Cecília Velasco Cruz localizou referências a uma luta coletiva dos ganhadores da Praça das Marinhas, em 1872, reivindicando o aumento do valor recebido para o transporte de carne-seca dos navios para terra. Os comerciantes daquele gênero tentaram furar o movimento contratando trabalhadores brancos, o que acabou gerando um conflito físico entre os negros e os "fura-greve", que terminou na detenção de treze negros e cinco brancos.[308]

Nas fábricas, além do movimento citado na empresa de Mauá, outros casos semelhantes podem ser comentados, como o movimento mencionado por Flávio Gomes dos escravos de uma fábrica de velas e sabão na Gamboa, em 6 de setembro de 1854.[309] Desencadeado, ao que informam as autoridades e os jornais, por um descontentamento ante a ameaça de os escravos envolvidos serem vendidos, o protesto – chamado de "tentativa de insurreição" pelos jornais da Corte – resultou em cerca de 30 prisões, havendo indicações de um número ainda maior de participantes.[310]

[307] Reis, João José. "A greve negra de 1857 na Bahia", *op. cit.*
[308] Cruz, Maria Cecília Velasco. "Tradições negras na formação...", *op. cit.*, p. 268.
[309] Gomes, Flávio. "História, protesto...", *op. cit.*, p. 66.
[310] Ver as notas publicadas nos diários do dia seguinte, como *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 6/9/1854, p. 2, e *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6/9/1854, p. 1.

Não era novidade que escravos empregados em fábricas utilizassem seu ambiente de trabalho coletivo como trincheira para rebeliões. Um outro exemplo: em 15 de abril de 1833 teve lugar uma "insubordinação dos escravos que trabalhavam na loja de caldeireiro administrada por Rodrigo Pinto da Costa, na rua da Alfândega nº 70", conforme definiu um relatório posterior. Catorze escravos se recusaram a cumprir ordens do administrador e resistiram às tropas chamadas a prendê-los, usando suas ferramentas de trabalho como armas. Ao fim do conflito, o escravo de nome Calixto, tido como o "cabeça" da insubordinação, estava morto.[311]

No movimento da Gamboa, as causas também envolviam uma questão tipicamente escrava – a venda –, como o castigo no movimento da Ponta D'Areia. Porém, mesmo não se tratando de paralisações com demandas tipicamente salariais, como a dos tipógrafos, eram movimentos de trabalhadores escravizados concentrados em estabelecimentos fabris que encontravam na suspensão do trabalho uma forma de protesto válida. A polícia sempre os tratou como sublevação ou levante, reprimindo-os rápida e exemplarmente, ao contrário da greve dos tipógrafos, que se prolongou por mais de um mês e teve no chefe de Polícia um intermediário/negociador, mas não um executor da repressão direta.

Abolicionismo

Em termos de movimentos sociais, porém, o mais significativo na segunda metade do século XIX foi, certamente, o abolicionismo. Tradicionalmente caracterizado como um movimento de homens livres, quase sempre brancos, letrados, que no Parlamento e nas ruas batalharam por uma legislação que

[311] Arquivo Nacional, GIFI, OI, CODES. Pacote 5 b517 – Ofício do Juiz de Paz do 2º Distrito da Freguesia da Candelária enviado ao Chefe de Polícia da Corte em 16 de abril de 1833. Também este movimento é comentado por Flávio Gomes, em "História, protesto...", *op. cit.*

acabasse com a escravidão no país, o abolicionismo vem sendo revisitado por estudos que tendem a dar maior atenção às ligações entre os abolicionistas e a luta dos escravos contra a escravidão. Joaquim Nabuco, por exemplo, considerava o abolicionismo um movimento bem-sucedido, que em 10 anos (1879-1888) conseguiu seu intento de acabar com a mácula da escravidão, libertando os cerca de 2 milhões de escravos que restavam no país (em 1879, segundo suas estimativas) e livrando o Brasil da pecha de último país a conservar a escravidão nas Américas. Listava cinco frentes distintas que contribuíram para o sucesso do movimento:

> "1°. a ação motora dos espíritos que criavam a opinião pública pela idéia, pela palavra, pelo sentimento, e que se faziam valer por meio do parlamento, dos meetings, da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2°. a ação coerciva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3°. a ação complementar dos próprios proprietários, que à medida que o movimento se precipitava, diminuíam diante dele as resistências, libertando em massa as suas fábricas; 4°. a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5°. a ação dinástica."[312]

Como se vê, no registro clássico de Nabuco, muitas foram as forças que contribuíram para o sucesso do movimento, mas entre elas não estavam os próprios escravos. A interpretação de Nabuco, com certeza, foi a mais influente na definição dos parâmetros que orientaram estudos posteriores sobre a escravidão. Porém é necessário reconhecer que outros contemporâneos do abolicionismo deram maior destaque ao papel dos escravos na luta pela liberdade. Evaristo de Moraes, por exemplo, acompanha Nabuco na periodização do abolicionismo (tomando como marco inicial as manifestações parlamentares de 1879), mas lista um conjunto de causas mais amplo para explicar o sucesso do movimento, entre as

[312] Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Brasília, Ed.UNB, 1981 (1. ed. 1900), p. 137.

quais inclui "o protesto enérgico oposto pelos escravos ao fato da própria escravidão, traduzindo-se por fugas em massa e pelas exigências de libertação e salários".[313]

Teses recentes também vêm ressaltando a importância das lutas dos escravos contra a escravidão no processo que culminou com a abolição, concluindo mesmo pela prioridade explicativa desse fator, pois "sem a adesão franca dos escravos, manifestada por meio de fugas em massa, o projeto abolicionista não teria a mínima chance de êxito".[314] Cabe precisar que, a despeito de um certo acordo quanto à importância da ação autônoma dos escravizados no processo que culminou em 1888, as discussões historiográficas sobre as várias fases da luta pelo fim da escravidão sofreram uma certa oscilação nos últimos anos, com debates relevantes girando em torno do papel da legislação emancipacionista. Há alguns anos era comum encontrar uma interpretação dominante sobre o processo que atribuía às leis anteriores a 1888 um papel absolutamente secundário.

Nos anos 1990, uma série de novas pesquisas procurou acentuar que os esforços pelo estabelecimento de garantias legais para o fim progressivo da escravidão foram conquistas importantes da luta pela liberdade. Não apenas pela garantia de que os nascidos após 1871 (quando atingissem a maioridade) ou os maiores de 60 anos em 1885 seriam considerados livres, mas especialmente porque, por meio das garantias legais instituídas pelas novas regras, conquistava-se a consagração jurídica de costumes como o direito ao pecúlio e à compra da alforria pelos escravos.

[313] Moraes, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*, 2ª. ed., Brasília, Edunb, 1986 (1. ed., 1924), p. 243. Em nota à p. 382, Evaristo apóia-se em outro abolicionista, Rui Barbosa, para reforçar seu ponto de vista, citando uma passagem em que aquele afirmava que "o escravo teve um papel autonômico na crise terminativa da escravidão. Abaixo da propaganda multiforme, cuja luz lhe abriu os olhos ao senso íntimo da iniqüidade que o vitimava, ele constitui o fator dominante na obra da redenção de si mesmo".
[314] Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 33.

Um exemplo significativo de interpretação renovadora da legislação emancipacionista pode ser encontrado na análise de Sidney Chalhoub sobre a Lei de 1871. Para Chalhoub, "1871 não é passível de uma interpretação unívoca e totalizante". O caráter ambíguo da lei é destacado pela afirmação de que poderia ser interpretada tanto "como exemplo do instinto de sobrevivência da classe senhorial" como também sendo "de certa forma uma conquista dos escravos, e [que] teve conseqüências importantes para o processo de abolição na Corte".[315]

Chalhoub analisou não apenas a lei, mas também as formas concretas pelas quais os escravos do Rio de Janeiro a acionavam para lutar por sua liberdade. Ainda que não pelo caminho das rebeliões coletivas ou dos atos de revolta, tais escravos, segundo ele, "longe de estar passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais *daquela sociedade*".[316]

Levada ao extremo, entretanto, tal perspectiva pode gerar uma interpretação da Lei de 1871 muito diferente daquela proposta por Chalhoub, que acentuava a ambigüidade dessa lei ao amplificar exageradamente seu potencial político na luta dos escravos pela liberdade. Por esse caminho, as estratégias institucionais de busca da alforria passam a ser valorizadas como aquelas, ao fim e ao cabo, mais decisivas para o fim da escravidão no país. Esse parece ser o sentido das afirmações de Joseli Mendonça, para quem, pelo exemplo, os esforços dos que buscaram a saída da escravidão pela via legal tiveram impacto e eficácia, provocando a derrubada da escravidão:

[315] Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 160-161.
[316] Idem, p. 252-253.

"Estavam, no limite de suas atitudes, semeando constrangimentos e temores entre os próprios senhores, colocando em questão a continuidade do exercício da dominação senhorial. Por isso me parece absolutamente lícito pensar que atitudes como a de Eubrásia, Américo, Sebastiana, Eva, Emília e muitos outros foram atitudes políticas de contestação do domínio senhorial, eficazes no sentido de provocar sua derrocada."[317]

Consideramos exagerada essa valorização do caminho legal de busca da liberdade não apenas por tratar a luta individual pela alforria como atitude política de contestação. Tendo em conta que os costumes do pecúlio e da compra da alforria já eram antes disseminados, a novidade pós-1871 residia principalmente no maior poder de intervenção do poder público nas relações senhoriais antes defendidas como "privadas". Assim, o que se configurava nos processos de alforria era apenas uma das faces do processo de luta pela liberdade que, naquele contexto da luta de classes, pode ser vista também como uma limitação do mesmo processo. Afinal, embora os senhores individualmente fossem contrariados pela incursão do Estado em "seus negócios", do ponto de vista do papel de classe desse mesmo Estado senhorial, tratava-se de, pelo canal da alforria, tentar aliviar a tensão social e o mal maior (as revoltas em massa, das quais os senhores tinham efetivamente grande medo).

Para os que defendiam a causa dos escravos na época, isso ficou mais claro no fim dos anos 1870, quando o pequeno número relativo de liberdades obtidas por esse caminho demonstrou, mesmo para os emancipacionistas que se entusiasmaram com a Lei de 1871, que aquela via não bastava, daí que aderissem ao abolicionismo e este ganhasse tons cada vez mais radicais.

[317] Mendonça, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça.* São Paulo, Perseu Abramo, 2001, p. 87. É importante assinalar que, em trabalho de maior fôlego, a autora apresenta uma visão mais nuançada do processo, tratando do "caráter ambíguo" das leis emancipacionistas, que serviam tanto aos interesses de senhores como de escravos. Mendonça, Joseli Nunes. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.* Campinas, Ed. Unicamp, 1999, p. 370-371.

Informações apresentadas por Chalhoub em trabalho mais recente parecem fortalecer tal hipótese. Dados ministeriais da matrícula de escravos relativos a 1875 informam que existiam 1.410.668 escravos no país (número que nas estimativas finais chegaria a mais de 1.540.000). Os números de outro relatório, de 1880, demonstram os limites da aplicação da Lei de 1871, visto que foram desde então registradas apenas 35.093 alforrias (embora esse número tenha sido considerado subestimado pelo próprio relatório) compradas por particulares – os próprios escravos ou algum benfeitor – e, dado ainda mais chocante, apenas 4.584 haviam sido postos em liberdade pelo fundo público criado pela lei para tal fim.[318]

Por essa razão, o autor avalia que "de qualquer modo, no Império do Brasil, no início da década de 1880, as estatísticas oficiais diziam que continuava a ser mais provável a um escravo morrer no cativeiro do que conseguir a liberdade".[319] Seguindo esses sinais, foi possível para os militantes da causa avaliarem, na virada da década de 1870 para a de 1880, que os caminhos legais abertos em 1871 eram absolutamente insuficientes para pôr fim à escravidão em médio prazo, partindo então para uma luta mais conseqüente pela abolição imediata.

As informações sobre a cidade do Rio de Janeiro indicam que a partir de então a conquista da liberdade ganhou foros de possibilidade concreta para um percentual muito maior dos escravos urbanos. Já observamos o declínio numérico dos escravos na Corte após 1850. Em meados dos anos 1880, entretanto, o fluxo de escravos da cidade para o campo já havia estancado e o declínio numérico dos escravos na cidade poderia ser atribuído primordialmente ao processo de libertação. Nessa fase, Robert Conrad constatou, recorrendo a dados de relatórios oficiais, que em junho de 1885 eram 29.909 os escravos

[318] Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis...*, *op. cit.*, p. 239.
[319] Idem, p. 239.

na cidade, diminuindo para 7.488 em maio de 1887, o que representa um declínio de 74,9% (o mais elevado percentual do país).[320]

A radicalização do movimento abolicionista parecia, essa sim, corroer decisivamente as bases da escravidão. É o que se pode interpretar de episódios como a ação dos abolicionistas cariocas, no início dos anos 1880, que percorriam ruas do Centro da cidade entrando em cada loja ou residência e pressionando os proprietários a libertarem os cativos. Evaristo de Moraes referiu-se ao episódio, tratando-o com base no seu efeito de propaganda:

> "Um serviço de propaganda em que se esmerou a Confederação Abolicionista, desde 1884, foi limpar da escravidão certas ruas centrais da cidade, concitando os que nelas possuíam escravos a libertá-los, ou conseguindo o mesmo efeito mediante módica indenização."[321]

Em 1884, o relatório de atividades da Confederação Abolicionista, em seu primeiro ano, trazia informações mais detalhadas sobre a ação, mostrando seu sucesso nas ruas Uruguaiana, do Ouvidor, do Teatro e Largo de São Francisco, ou seja, nos principais quarteirões comerciais e pontos importantes de transporte coletivo do Centro na época, o que explicaria a fúria dos proprietários em face de tal avanço da luta pela libertação:

> "A idéia de libertação dos escravizados do Município Neutro, posta em prática pela Confederação, já teve o seu princípio. O primeiro quarteirão livre foi o da Rua Uruguaiana, em que está estabelecida a *Gazeta da Tarde*. A Rua Nova do Ouvidor já não tem mais escravos. O processo foi simples para obter este magnífico resultado; foram organizadas comissões formadas por membros da Confederação e alguns moradores de ruas livres. Juntos *obtiveram cartas de liberdade para os escravizados, sem indenização*. A notícia desta vitória, e de outra igual, obtida pelo mesmo sistema, por parte do Centro Abolicionista da Escola Politécnica que libertou o Largo de São

[320] Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Mec, 1975, p. 353.
[321] Moraes, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*, *op. cit.*, p. 50.

Francisco de Paula e a Rua do Teatro, alarmou os negreiros, que trataram logo de reunir todos os elementos de combate contra nós."[322]

Para os fins da discussão aqui travada, cabe atentar para um detalhe da narrativa de Evaristo de Moraes sobre o episódio. Segundo ele, da comissão encarregada dessa tarefa participava Procópio Russel (tipógrafo da Imprensa Nacional)[323] – uma pista interessante para avançarmos na análise da vinculação entre o movimento abolicionista e as organizações de trabalhadores, livres e escravos, que comentamos na seção anterior.

Estudos sobre o abolicionismo paulista já apontaram registros variados de apoio à causa abolicionista por parte de organizações de escravos e libertos (como irmandades negras) e mesmo de operários organizados. Tanto o abolicionismo de Luís Gama quanto especialmente a luta dos caifazes tinham fortes vínculos com as irmandades negras – como as de Nossa Senhora dos Remédios, do Rosário e de Santa Efigênia –, bem como com os primeiros setores organizados do operariado. Antonia Quintão demonstra que o jornal dos caifazes – *A Redenção* – funcionava nos salões da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, da qual participavam muitos abolicionistas, e que esteve envolvida tanto na compra de alforrias quanto na promoção de manifestações abolicionistas.[324] Também nas irmandades do Rosário e de Santa Efigênia a presença de Antonio Bento e outros líderes caifazes era constante. A mesma autora identifica a presença de ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos na rede de fugas articuladas pelos caifazes – redes de solidariedade que chegavam a incluir organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de escravos.[325]

[322] "Relatório do Estado e das Operações da Confederação Abolicionista". *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, 29/5/1884, p. 2-3.
[323] Moraes, Evaristo de. *A Campanha...*, *op. cit.*, p. 50.
[324] Quintão, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo, Annablume/Faperj, 2002, p. 95 e 104.
[325] Idem, p. 82.

Jornais abolicionistas registram o mesmo tipo de envolvimento operário com a causa da abolição no Ceará, província que impulsionou a retomada do movimento abolicionista ainda em 1881. Segundo o jornal carioca *O Abolicionista*:

> "A classe tipográfica da capital reuniu-se e publicou um manifesto aderindo à Sociedade Cearense Libertadora, resolvendo negar absolutamente os seus serviços aos jornais que se declararam adversos ao movimento abolicionista da província e do país, fazendo publicações de qualquer gênero naquele sentido."[326]

No Rio de Janeiro, envolvimentos semelhantes seriam encontrados em vários grupos operários organizados, como, por exemplo, entre os operários do Arsenal de Marinha, conforme registrou o mesmo jornal:

> "Os mestres e operários das oficinas de fundição e ferreiros do Arsenal de Marinha resolveram abrir entre si uma contribuição mensal em favor da abolição do elemento servil. Cada um deles dará a quantia que puder dispor, sendo o total entregue todos os meses à diretoria da Sociedade Emancipadora, para a devida aplicação. Eis aí um procedimento digno de imitação, e que muito abona a classe artística que teve a iniciativa, digna de louvor."[327]

Os tipógrafos da Corte, presença recorrente nas páginas deste trabalho, não poderiam estar ausentes desta seção. Os registros sobre a época de fundação da Associação Tipográfica Fluminense dão conta da existência de um escravo tipógrafo associado, que se tentou alforriar por meio de uma comissão de associados da Tipográfica.[328] Na própria greve dos compositores tipógrafos de 1858, o tema da emancipação ocupou espaço nas páginas do *Jornal dos Tipógrafos* em artigo que defendia a superação gradual da escravidão.[329] Nos primeiros anos da década de 1880, os tipógrafos fundaram, conforme comentado

[326] *O Abolicionista*, n. 14, 1/12/1881, ano II, p. 5.
[327] *O Abolicionista*, n. 12, 28/9/1881, ano II, p. 7.
[328] Vitorino, Artur J. R. *Máquinas e operários...*, *op. cit.*, p. 99.
[329] *Jornal dos Tipógrafos*. Rio de Janeiro, 18/1/1858, p. 2-3, *apud* Vitorino, *op. cit.*, p. 98.

no capítulo anterior, o Clube Abolicionista Gutemberg, que se encarregou de comprar alforrias e instituiu uma escola noturna e gratuita.[330]

O empenho dos tipógrafos na causa abolicionista já era visível no momento anterior, como o demonstra a conferência de Vicente de Souza – agitador republicano, anos depois uma das principais lideranças socialistas cariocas – proferida a pedido da Tipográfica, em 1879. A conferência aconteceu em 23 de março daquele ano, no Teatro São Luiz, tendo como título "O Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte". Seu objeto específico era a denúncia do caráter retrógrado da proposta do deputado Martin Francisco, que, sob o pretexto de evitar crimes de escravos que ele atribuía a uma opção consciente destes pela pena de galés (trabalho forçado), propunha a adoção da pena de morte para assassinatos cometidos por escravos. Embora definindo os africanos como "brutais como a selvageria do hipopótamo, selvagens como a brutalidade de suas guerras", Vicente de Souza atribuía os crimes praticados por escravos ao fato de não lhes ser aberto o caminho do recurso à lei, sob um argumento de defesa do direito de propriedade dos senhores, que se pautava na conquista, no roubo da própria humanidade dos cativos.[331]

Na conferência, Vicente de Souza referia-se ao objetivo de arrecadação de fundos para a Associação Tipográfica como "esmolar", o que deve ser debitado a um desconhecimento do papel da associação (não beneficente, mas mutual). Porém é significativo que esse propagandista republicano, professor do Colégio Pedro II e futuro líder do Centro das Classes Operárias, tenha feito diversas referências à situação de classe dos operários, resultante, em sua análise, das políticas econômicas ortodoxas dos gabinetes imperiais:

[330] Vitorino, *op. cit.*, p. 100-101.
[331] *Conferência realizada no Teatro São Luís em benefício da Associação Tipográfica Fluminense, em 23 de março de 1879, por Vicente de Souza. Tese: o Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte.* Rio de Janeiro, Tipografia De Molarinho e Montalverde, 1879, p. 15, 28 *ss*. AMORJ, microfilmes, P1.

"Economizam tudo, e para salvarem as finanças do país comprometidas espantosamente pelos conservadores, no seu desvario de esbanjamento, lançam mão do operário e expelem-no da oficina (...) Apontar o meio da rua ao operário, em vez de dar-lhe meios de labor, pode ser tudo cidadãos, menos alguma coisa justificável."[332]

Nesse episódio, vários são os elementos relevantes. Trata-se de um acontecimento que ocupa um ponto de junção entre campanha abolicionista, campanha republicana e associativismo operário – mais uma vez, na voz pioneira dos tipógrafos. É mais significativo ainda que tenha acontecido em fins de março de 1879, cerca de duas semanas depois do famoso discurso do deputado baiano Jerônimo Sodré, apontado por Nabuco como marco inicial do movimento abolicionista – ou seja, as associações operárias estavam envolvidas na luta pela abolição desde os seus primeiros momentos.

Tal envolvimento poderia ser mediado por outros tipos de associativismo ou ideologias políticas. Os maçons ligados ao Grande Oriente, por exemplo, fundaram em 1870 duas sociedades, uma voltada para a compra de alforrias e a outra para a educação dos libertos. O discurso no dia da inauguração dessas sociedades foi pronunciado por Saldanha Marinho, personagem que voltará a ser mencionado adiante.[333]

Também não seria desprezível o vínculo que faziam os positivistas entre a defesa da abolição, a necessidade de políticas que incorporassem os ex-escravos ao proletariado e as primeiras propostas de proteção social aos assalariados, formuladas ainda nos anos 1880. Como denotava um panfleto distribuído pela Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, de 1883, que pregava a incorporação do proletariado escravo – ou seja, a abolição –, ao mesmo tempo que afirmava:

[332] Idem, p. 22.
[333] Barata, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras. A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas, Ed. Unicamp, 1999, p. 122-123.

"É preciso remirmos do mais nefando dos cativeiros, o cativeiro em pleno regime industrial, a massa de homens que, roubados às delícias do solo natal, têm sido os agentes diretos do capital social que forma a nossa riqueza, base de toda civilização pátria."[334]

Nos anos seguintes, ampliar-se-ia não apenas o envolvimento com o abolicionismo dos trabalhadores organizados como a rede de associações empenhadas na propaganda e, cada vez mais, na ação decidida em prol da liberdade, mesmo que por caminhos extralegais. Em depoimento atribuído por Eduardo Silva a André Rebouças, percebe-se que os setores operários estavam presentes de forma ativa na fase final da luta contra a escravidão, apoiando as fugas em massa e a formação dos "quilombos abolicionistas". Casas e locais de trabalho haviam sido utilizados como refúgio de trabalhadores escravizados que escapavam ao controle senhorial:

"Nas casas das famílias abolicionistas, nos escritórios comerciais, nas redações dos jornais, nos hotéis, nas padarias, nas grandes fábricas, nos quartéis, nas tipografias, por toda a parte em que houvesse alguma alma abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente."[335]

Precisando melhor a participação desses setores, o depoimento de André Rebouças cita nominalmente, entre outros espaços, a Tipografia Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, e a casa do operário Antônio Ignacio de Faria como abrigos de escravizados em fuga.[336]

É fato que nem sempre havia cumplicidade entre a trajetória da luta dos (ex-)escravos pela liberdade e a luta dos trabalhadores assalariados, existindo

[334] *A incorporação do proletariado escravo*. Protesto da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro contra o recente projeto de governo – distribuição gratuita. Recife, Tipografia Mercantil, 1883. p. 3. Biblioteca Nacional, Obras Gerais, IV – 201, 4, 15, n. 7.
[335] "Apêndice E – Depoimento de André Rebouças sobre o quilombo do Leblon e outros quilombos apoiados pelo movimento abolicionista (1889)", em Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon...*, *op. cit.*, p. 97.
[336] Idem, p. 101.

mesmo confrontos por espaço no mercado de trabalho, como no episódio da greve de 1891, no Porto de Santos, em que o líder do quilombo abolicionista do Jabaquara, Quintino de Lacerda, organizou os ex-escravos quilombolas sob sua liderança para furar a greve e tentar (re)ocupar o espaço de trabalho que fora dos trabalhadores escravizados no Porto e agora era predominantemente ocupado por migrantes portugueses.[337]

Porém, há episódios ainda mais significativos que revelam um nível bastante elevado de inter-relação entre organizações, formas de ação coletiva e movimentos sociais de trabalhadores escravizados e livres, como a surpreendente trajetória do líder padeiro João de Mattos, já citado nos capítulos anteriores.[338] Seu relato começa na mesma cidade de Santos, em 1876, quando organizou um "levante" – "que eram as mesmas greves de hoje".[339] O levante promovido por João de Mattos, então trabalhando como padeiro naquela cidade, consistia na mobilização de todos os escravos que trabalhavam nas cinco padarias de Santos para paralisarem o trabalho e fugir, em ato contínuo. Enquanto preparava-se a fuga, eram forjadas cartas de alforria que permitiriam que os fugitivos encontrassem trabalho no campo, como livres. Preso em São Bernardo dois meses após a fuga, João foi levado para Santos, passando três meses na cadeia. Como não houve testemunho para incriminá-lo, ele foi solto, com a condição de não mais voltar à cidade.

Em 1877, João migrou para São Paulo, onde organizou os escravizados das 11 ou 12 padarias da cidade para um "levante" do mesmo tipo. Com o grupo de fugidos de São Paulo, usando a mesma estratégia das cartas de alforria falsas para encontrar emprego em fazendas no interior, ele migrou para a província do Rio de Janeiro, chegando à Corte em 1878.

[337] Silva, E. *As camélias...*, *op. cit.*, p. 12.
[338] A incrível história desse militante foi por ele registrada no manuscrito parcialmente recuperado e publicado, a partir dos arquivos policiais onde fora parar, pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que comentamos no capítulo 2. Ver Leila Duarte, *Pão e liberdade...*, *op. cit.*
[339] Idem, p. 64.

Na capital, João de Mattos fundou, em 1880, um "Bloco de Defesa" dos padeiros, denominado "Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria com o lema Pelo Pão e Pela Liberdade".[340] O "Bloco de Defesa", entretanto, era clandestino, pelo seu fim "criminoso" de "guerrear a propriedade escrava", escondendo-se sob o disfarce de um "Curso de Dança". Por meio dessa organização, que contava com cerca de 100 associados, montaram-se novos "levantes" parciais e um levante geral, com a fuga na direção de Barra do Piraí. Na volta ao Rio, João de Mattos foi novamente preso, por denúncia de um membro da Sociedade, que vendeu a informação por 100$000 réis. Defendido por Saldanha Marinho, voltou à liberdade após três meses. É interessante notar que o defensor de João de Mattos, já citado por sua participação no esforço abolicionista das lojas maçônicas, foi o primeiro parlamentar a defender a causa republicana naquele contexto e integrou o "corpo consultor" do mencionado Corpo Coletivo União Operária.[341]

O fim da escravidão não significou o fim das lutas de João de Mattos e seus companheiros padeiros, pois, conforme seu argumento, após destruir o "poderio escravocrata de fato", nas lutas seguintes haveriam de conseguir "destruir a dos escravizados livres, que continuam só com o direito de escolher este ou aquele senhor".[342] Assim, o militante padeiro esteve envolvido, nos anos seguintes, como vimos, na criação da Sociedade Cooperativa dos Empregados de Padaria no Brasil, em 1890, bem como da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria, em 1898, que mais tarde daria origem ao sindicato da categoria, atuando tanto nas lutas diretas contra os patrões quanto na luta institucional, por meio de petições ao Congresso Nacional.[343]

[340] Idem, p. 67.
[341] Idem, p. 69.
[342] Idem, p. 71.
[343] Sobre essas organizações de padeiros, ver, além do relato de João de Mattos, o também já comentado histórico da Liga Federal dos Empregados em Padarias, apresentado ao 2º Congresso Operário Brasileiro, de 1913, e publicado em *A Voz do Trabalhador*, n. 60, Rio de Janeiro, 5/8/1914, p. 3.

Para a fase de lutas dos anos 1890, comentada em mais detalhes no capítulo anterior, pudemos cruzar as memórias de João de Mattos com outras fontes, confirmando suas informações e complementando a análise. Não nos foi possível fazer o mesmo com as extraordinárias andanças desse padeiro no período de luta pela liberdade dos escravizados, mas a julgar pelo grau de confirmação de suas lembranças dos anos 1890 em outras fontes, é aceitável tomar como fidedignas as suas memórias das décadas anteriores, incorporando sua trajetória ao debate não como um caso típico, mas como um caminho viável no campo de possibilidades aberto pelas lutas sociais do período.[344]

Do Vintém à Vacina: motins urbanos

Tratando das greves ou do abolicionismo, estamos enfocando movimentos que, com perfis distintos, possuem em comum o fato de serem movimentos sociais organizados, no sentido de que foram convocados, estimulados ou propagados por organizações (clubes, federações, ligas, uniões, associações, sindicatos etc.). No entanto, não menos importante, em certos momentos, foi o impacto político de movimentos sociais que, mesmo não sendo dirigidos/preparados por uma organização institucionalizada, reuniram grupos consideravelmente grandes da população urbana – multidões – que apresentavam objetivos explícitos, escolhiam alvos (pessoas, instituições ou propriedades) determinados para atacar e enfrentavam, por horas ou dias, as forças repressivas. E o Rio de Janeiro, no período abordado por

[344] Não localizamos o presumível processo a que João de Mattos teria sido submetido no Rio em 1871. Pelo fichário nominal de processos-crime do Arquivo Nacional, foi possível encontrar um processo movido contra alguém de nome João de Mattos, em abril de 1901, sob a acusação de um colega de trabalho que se disse agredido. O acusado seria de nacionalidade portuguesa e trabalharia como confeiteiro (o que seria um indício para aproximá-lo do ofício de nosso personagem) numa loja de doces, mas, como não foi localizado pelos oficiais de Justiça, o processo correu à sua revelia e não encontramos mais detalhes que pudessem confirmar tratar-se do mesmo João de Mattos. AN, OR.1757.

este texto, foi alvo de diversas manifestações dessa natureza, motins populares urbanos cujo impacto político nas conjunturas foi bastante significativo.

Um marco inicial entre os movimentos com esse sentido foi a Revolta do Vintém, ocorrida em 1° de janeiro de 1880. Em outubro do ano anterior, o Parlamento aprovara uma lei que instituía um novo imposto sobre as passagens dos bondes, válido apenas para o Rio de Janeiro, a ser cobrado diretamente dos passageiros.[345] Os processos que se relacionam com a revolta podem ser mais bem compreendidos tendo em vista o crescimento e a modernização urbana vividos naqueles anos; as condições de moradia e deslocamento via transporte coletivo a que estava sujeita a maioria da população na cidade; a exploração do serviço de bondes por firmas concessionárias estrangeiras que associavam essa atividade à especulação imobiliária; o descontentamento com o crescimento dos impostos etc.

Porém os acontecimentos imediatamente próximos que desencadearam a revolta contra a nova tarifa datam inicialmente de 28 de dezembro de 1879, quando um comício convocado contra o novo imposto reuniu cerca de 5 mil pessoas nas proximidades do Palácio imperial em São Cristóvão. Liderados por Lopes Trovão (agitador da causa republicana), os participantes do comício dirigiram-se à residência do imperador para solicitar-lhe a revogação da lei, antes que o imposto fosse cobrado. No caminho, porém, os manifestantes foram barrados por uma tropa de cavalaria e policiais a pé, comandados pelo chefe de Polícia. Retornando pacificamente diante de tal obstáculo, a passeata foi concluída com o chamado para uma nova manifestação, no dia 1° de janeiro, quando a taxa entraria em vigor, desta feita no Centro da cidade, no Largo do Paço (atual Praça 15 de Novembro).

[345] Sobre a Revolta do Vintém, encontramos uma boa discussão – e nela nos baseamos para escrever os parágrafos seguintes – em Sandra L. Graham, "O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro: 1880". *Revista Brasileira de História*, vol. 10, n. 20. São Paulo, mar.-ago., 1991.

A tática dos organizadores do evento, porém, havia sido alterada. De uma reivindicação inicial de revogação da lei dirigida ao imperador, partiu-se, após a primeira resposta repressiva do dia 28, para a proposta de boicote da população ao novo imposto, ou seja, propunha-se a desobediência civil. No dia e hora marcados o comício ocorreu, a princípio sem maiores problemas, para à tarde seguir a multidão calculada em 4 mil pessoas em passeata pelas ruas do Centro, até o Largo de São Francisco (ponto final da maioria das linhas de bonde). Próxima a essa região, a passeata se dispersou em pelo menos dois grandes grupos e deram-se conflitos violentos com as forças policiais que, às centenas, acompanhavam a multidão. O saldo de mortos e feridos, adiante comentado, é a ilustração mais viva do grau de radicalização da repressão à multidão que, nas justificativas dos contemporâneos, para defender-se das cargas de cavalaria e dos tiros, tombou os bondes, arrancou os trilhos e entrincheirou-se em barricadas. Meses depois, o Parlamento revogaria o imposto.

Sandra Graham atenta para o fato de que o motim inaugurava uma nova etapa de mobilização política popular na cidade, estando o evento e as associações que surgiram nos meses seguintes na Corte num ponto inicial da fase de grandes agitações abolicionistas e republicanas. Se as organizações e campanhas que daí surgiram tiveram um caráter policlassista, o mesmo se pode dizer do evento. Porém, nesse episódio, como em outros posteriores, é fato que a dimensão quantitativa dos participantes e o grau de radicalidade de seu enfrentamento indicam que as intenções iniciais dos agitadores não dariam conta de explicar os desdobramentos posteriores do movimento, só compreendidos se percebermos que seus protagonistas foram, como esclarece Graham, "os trabalhadores pobres",[346] que sequer possuíam recursos para andar de bonde, mas envolveram-se na revolta portando sua própria lógica de rebelião contra a desigualdade urbana e o autoritarismo dos agentes do Estado.

[346] Idem, p. 222.

Entre a Revolta do Vintém, em 1880, e o outro motim urbano de grandes proporções, a Revolta da Vacina, em 1904, José Murilo de Carvalho localizou um movimento de quebra de lampiões em 1882, uma quebra de bondes em 1901 e ataques da multidão aos trens da Central e aos registros de água, em 1902.[347] Nos relatórios policiais podemos encontrar alguns outros episódios similares, sempre no primeiro capítulo, referente à "Ordem Pública".

No que interessa mais de perto a este trabalho, que se volta para os movimentos dos trabalhadores e as reações repressivas a esses movimentos, o episódio da Revolta da Vacina possui, é claro, maior densidade. Trata-se de um movimento já fartamente estudado pela historiografia,[348] não cabendo aqui mais que uma rápida referência aos acontecimentos para discutirmos o que especificamente nos compete.

A revolta, ocorrida entre 10 e 16 de novembro de 1904, foi impulsionada por uma mobilização contrária a uma lei que regulamentava a recém-instituída obrigatoriedade da vacinação contra a varíola no Distrito Federal. Os opositores da legislação argumentavam contra a truculência da ação dos agentes de saúde pública na cidade (já experimentada na campanha de erradicação da febre amarela), respaldada pelos termos draconianos da lei, bem como questionavam a eficácia do método empregado, associado por muitos a técnicas mais antigas e perigosas de inoculação. Havia, por trás da agitação, conspirações contra o governo, tanto da parte de monarquistas quanto de republicanos radicais, todos dispostos a um golpe que "restaurasse" a moralidade (a monárquica ou a republicana traída).

O fato, porém, é que a rebelião popular ultrapassou em muito as intenções dos agitadores de primeira hora. Para comprová-lo, basta constatar a duração de praticamente uma semana, sua dimensão atingindo toda a cidade (com

[347] Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados...*, *op. cit.*, p. 134.
[348] Entre as muitas obras sobre o tema, ver por exemplo, José Murilo de Carvalho, *Os bestializados...*, *op. cit.*; Nicolau Sevcenko, *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984. Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. Leonardo A. Pereira, *As barricadas da saúde*. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

ênfase na área central e particular radicalidade no bairro portuário da Saúde, de grande concentração afro-descendente) e a violência dos embates com as forças repressivas do Estado. No que diz respeito a esse último aspecto, são pouco confiáveis os dados oficiais da repressão, visto que muitos foram os presos que sem qualquer processo foram sumariamente deportados (para o Acre, normalmente) e incontáveis seriam os mortos se esses deportados fossem computados. Com os registros disponíveis, entretanto, já se tem uma idéia da violência da resposta das autoridades. José Murilo de Carvalho contabilizou 30 mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 deportados.[349]

Há grande controvérsia na literatura especializada sobre as causas da revolta; porém é possível listar algumas das suas múltiplas motivações. De um lado, a reação ao autoritarismo da intervenção do poder público no cotidiano dos habitantes da cidade, da qual a atuação na área da saúde pública era das mais gritantemente arbitrárias, ao que se somava a diversidade de concepções sobre saúde e doenças da heterogênea população da cidade, tornando-a ponto extremamente sensível. De outro lado, o grau de desigualdade no meio urbano, radicalizado pela intervenção literalmente demolidora do Estado naquele contexto de reformas, acentuando em muito a percepção de injustiça em relação à experiência dos trabalhadores que moravam no Rio de Janeiro. Custos de moradia, transporte e alimentação se elevavam com a fúria "modernizadora" das obras, ao passo que os baixos salários e a inexistência de políticas sociais ou compensatórias tornavam a miséria um horizonte próximo e ameaçador para a maioria dos que viviam do próprio trabalho.

No que nos interessa mais diretamente, é notório que os trabalhadores estiveram no centro dos acontecimentos naquele movimento. Afinal, os comícios organizados pela Liga Contra a Vacina Obrigatória, instaurada pelo Centro das Classes Operárias (CCO), presidido pelo nosso já conhecido militante socialista Vicente de Souza, serviram de estopim para as manifestações. José

[349] Carvalho, J. M. *Os bestializados...*, *op. cit.*, p. 126.

Murilo de Carvalho menciona várias listas enviadas ao governo contra a lei, somando um total de 15 mil assinantes, dos quais 10 mil seriam operários.[350]

Os artigos da imprensa da época, reproduzidos pelos analistas do movimento, deixam claro que a participação operária se dava também em áreas onde a penetração do CCO era restrita, como era o caso dos trabalhadores em fábricas de tecidos. A longa cobertura do episódio pelo *Jornal do Commercio*, citada por Nicolau Sevcenko, aponta essa presença ao informar que "na Gávea, o numeroso operariado das fábricas de tecido entrava a participar ativamente do motim...".[351]

Mas se a classe trabalhadora que se formava não era monocolor, como aqui estamos todo o tempo destacando, a presença viva dos descendentes diretos da situação escravista acabou por se fazer sentir de forma ainda mais objetiva. A concentração da resistência na área da Saúde/Gamboa, a paralisação dos trabalhos na estiva, a identificação da liderança da mais renitente barricada – o "Prata-Preta" do "Porto Arthur" da Saúde – pelos jornais da época, tudo somado nos ajuda a compor um quadro de forte presença de trabalhadores negros no episódio. Citamos, para ilustrá-lo, um trecho da análise de José Murilo de Carvalho, que faz uso de uma reportagem da época:

> "O repórter do jornal *A Tribuna*, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um preto acapoeirado frases que bem expressam a natureza da revolta e este sentimento de orgulho. Chamando o repórter de 'cidadão', o preto justificava a revolta: era para 'não andarem dizendo que o povo é carneiro. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem."[352]

Negros e trabalhadores – trabalhadores? –, os rebelados da zona portuária seriam o alvo principal da caracterização negativa produzida pela imprensa sobre os que se envolveram na revolta, justificando uma repressão mais dura sobre os habitantes daquela região da cidade. No jornal *O Paiz*, a cobertura da revolta confundia deliberadamente as imagens de "desordeiros", "anarquistas" e "estivadores" ao caracterizar os revoltosos, afirmando que "a ironia popular e o charlatanismo dos desordeiros deram ao último reduto do anarquismo a heróica denominação de Porto Arthur"; ou ainda que aquela trincheira era constituída por "indivíduos desclassificados, facínoras de última condição, acobertados com a capa de marítimos e de trabalhadores da estiva".[353]

[350] Idem, p. 98.
[351] Citado por Sevcenko, Nicolau. *A revolta...*, *op. cit.*, p. 31.
[352] Carvalho, J. M. *Os bestializados...*, *op. cit.*, p. 139.

A revolta só acabou com a revogação da lei que a originou, apesar de minada pela violência da repressão que sobre ela se abateu. As motivações de fundo do movimento, entretanto, não cessaram ali, nem tampouco a disposição repressiva do governo em face de manifestações, dessa ou de outra natureza (como as greves), dos trabalhadores da cidade.

De volta às greves

As greves ocorridas entre os anos 1850 e 1880 são episódios significativos, por revelarem que a dimensão do conflito entre trabalhadores e seus patrões assumia, em determinados momentos, o formato típico dos embates decorrentes da situação do assalariamento. Até então, porém, não eram a forma mais comum de mobilização dos trabalhadores cariocas.

Nas duas décadas seguintes, no entanto, as greves se generalizam no Rio de Janeiro, assumindo contornos de principal instrumento de luta da classe. Cruzando dados produzidos por pesquisas anteriores com novos levantamentos em jornais da época, encontramos 37 greves entre 1890 e 1899. Para a década

[353] *O Paiz*. Rio de Janeiro, 17/11/1904, *apud* Rômulo Mattos, *A 'aldeia do mal'...*, *op. cit.*, p. 209. Sobre a recorrente associação entre trabalhadores no Porto, desordens e vagabundagem, ver, além da análise da imprensa feita pela dissertação de Rômulo Mattos, o estudo dos processos policiais desenvolvido por Erika Arantes, *O porto negro...*, *op. cit.*

seguinte, os dados indicam um crescimento expressivo das paralisações, pois localizamos 109 greves entre 1900 e 1909.[354]

Em pesquisa sobre o período 1890-1917, Marcela Goldmacher encontrou 234 greves. Em seu levantamento, constatou que as categorias que mais paralisaram suas atividades foram os tecelões (com 34 greves no período), seguidos de cocheiros e carroceiros, trabalhadores em construção e sapateiros.[355] É interessante perceber que entre os setores mais mobilizados da classe trabalhadora em formação na cidade estivessem os sapateiros, caso clássico de grupo de trabalhadores qualificados, em sua maioria empregados em oficinas de pequeno e médio porte, que lutam contra a desqualificação e a ampliação da exploração, associadas por eles à expansão das grandes fábricas no setor.[356] Ao mesmo tempo, o maior volume de paralisações é observado entre os têxteis, categoria típica das grandes fábricas naquele contexto. E isso desde a década de 1890, quando fizeram seis greves, passando pelos anos 1900, quando realizaram outras 17 greves, o que desmente a idéia de que apenas no período 1917-1920 os operários fabris (entre os quais os empregados em fábricas têxteis eram a maioria) despertaram mais ativamente para os movimentos grevistas.

Tratando de algumas greves, podemos acompanhar melhor os padrões da resistência operária. Um dos maiores pólos de mobilizações e conflitos – partindo de trabalhadores ou de usuários – nas décadas de 1880 a 1900 foi o dos transportes urbanos, em especial os bondes. Não seria, portanto, estranho que nesse setor irrompessem várias greves, que se transformaram em conflitos de razoáveis dimensões. Para ficarmos em apenas um exemplo, comentamos a greve

[354] Esses números são expressivos. Para uma comparação, podemos recorrer aos dados sobre o período de 1950 a 1959, quando o número de trabalhadores e de organizações sindicais era várias vezes maior, para o qual outro levantamento encontrou 153 greves. Ver Marcelo B. Mattos (org.), *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.
[355] Goldmacher, Marcela. *Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro, 1890-1913*. Niterói, UFF, 2005 (dissertação de mestrado em História), p. 49.
[356] Sobre a dimensão internacional da tradição de luta dos sapateiros, ver E. Hobsbawm e Joan Scott, "Sapateiros politizados", em *Mundos do trabalho...*, *op. cit.*

dos cocheiros e condutores da Companhia Carris Urbanos, que aconteceu entre 15 e 17 de março de 1898. As demandas eram de duas naturezas: os cocheiros reivindicavam o aumento de salários, enquanto os condutores pediam o fim da féria certa e determinada, uma novidade recém-introduzida pelo gerente da companhia. A medida consistia em determinar para os condutores uma féria mínima por dia, e caso não a conseguissem, teriam a diferença descontada dos salários.

Constatada a força do movimento, a empresa comprometeu-se a aumentar o vencimento dos cocheiros em 5$ diários, bem como rever as tabelas de férias, mas efetivamente só pagou um reajuste de 400R$, sem trocar as tabelas, gerando maior descontentamento entre os trabalhadores, que atuaram para parar completamente os bondes. Só com forte repressão policial a greve foi encerrada.

Esse movimento é ilustrativo do impacto das greves sobre a consciência conservadora dominante, que pode ser sentido pelas duas manifestações mais típicas de reação à ocorrência dessas paralisações: de um lado, a minimização da sua relevância, sob o argumento da "índole pacífica" do povo brasileiro; de outro, a demonização/criminalização dos movimentos grevistas, tratados como graves perturbações da ordem. Neste caso, o mesmo episódio causou as duas reações de um mesmo porta-voz das classes dominantes. Tratamos das reações do jornal *Gazeta de Notícias* diante daquela greve dos cocheiros e condutores de bondes, em março de 1898. Em 16 de março, o jornal iniciava um artigo sobre a greve com a seguinte afirmação: "Quando se fala em greve aqui no Brasil, a gente não se assusta, porque entre nós uma greve, por mais grave que seja, nunca assume as proporções de verdadeira revolta, como no Velho Mundo."[357]

Já no dia seguinte, o jornal mudava de opinião ao comentar a continuidade da greve. Agora, os cocheiros justificavam os temores de "perturbação da ordem", afinal:

[357] *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/3/1898, p. 1.

"Condutores e cocheiros mantiveram-se em igual atitude da véspera, ou mais propriamente, passaram da posição passiva da resistência pelo abandono do trabalho, à agressão até à mão armada aos companheiros que não queriam segui-los. Pela manhã começaram as correrias, as notícias alarmantes, os boatos assustadores de perturbação da ordem."[358]

Encontramos reações similares em relação a muitas outras paredes. Na impossibilidade de dar conta de um conjunto maior de movimentos, passamos a tratar de exemplos de greves entre categorias que paralisaram muitas vezes naqueles anos.

Entre os vários movimentos de sapateiros no período, há aspectos bastante interessantes a analisar nas greves ocorridas entre dezembro de 1902 e fevereiro do ano seguinte. O movimento iniciou-se pelos 70 operários da fábrica de calçados Bordallo & Cia., que demandavam a elevação de seus salários, pagos "por obra". Uma reação violenta dos patrões acabou por gerar a ampliação da greve, conforme relata a *Gazeta Operária*:

"Greve dos Sapateiros

Os sapateiros da fábrica de calçados da firma Bordallo & C., à rua da Prainha nº 122, não satisfeitos pelo diminuto preço por que lhes pagavam as obras (...) nomearam uma comissão entre seus companheiros para entender-se com os patrões. Estes não atenderam às reclamações dos seus operários, embora justas como são, e além disso, prenderam à ordem de autoridade policial diversos desses operários. O delegado porém não manteve aquelas prisões ilegais, mandando pôr em liberdade os sapateiros. Em vista desse fato os sapateiros dessa fábrica resolveram abandonar o trabalho nesse estabelecimento."[359]

Iniciada em 14 de dezembro, a greve foi apoiada pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, que sediava as assembléias e intermediava as negociações, apresentando uma tabela de vencimentos que deveria ser adotada por

[358] Idem, 17/3/1898, p. 1.
[359] *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro, 14/12/1902, p. 2.

todas as empresas do setor. Arrastando-se até 25 de janeiro, a greve terminou em vitória, assim anunciada pela mesma *Gazeta Operária*:

"As Classes Operárias

Conforme os nossos leitores terão conhecimento pelo noticiário de hoje, saíram vitoriosos os operários sapateiros desta cidade, que se achavam em greve pacífica já há tempos (...). Foi longo o sacrifício, porém a vitória os compensou com esse triunfo que alcançaram ao domingo último, em que, no meio de uma assembléia numerosa, foi um representante dos patrões Bordallo & C. declarar que aceitavam *in totum* a tabela de preço organizada pelos operários!"[360]

O sucesso da greve na firma Bordallo fortaleceu a União dos Sapateiros para buscar impor sua tabela às demais empresas. Nos primeiros dias de fevereiro foram noticiadas greves em cinco outras empresas, todas resultando na adoção da tabela proposta pela entidade de classe.[361]

Passando à categoria que mais fez greves no período, os operários têxteis, constatamos que entre 1890 e 1902, os tecelões organizaram oito greves, todas elas por fábrica, envolvendo pelo menos seis fábricas diferentes. Não existia, entretanto, uma associação que unificasse as lutas da categoria até o início de 1903, quando foi fundada a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos.

Com a existência da organização unificada, o número de greves se ampliou consideravelmente e foi possível construir uma greve da categoria, que paralisou os operários de muitas fábricas ao mesmo tempo, apesar de intensa ação repressiva por parte dos patrões e da polícia, em agosto de 1903. A principal reivindicação da greve era a adoção da jornada de oito horas de trabalho. Além dos têxteis, aquele movimento grevista parou diversas categorias do Distrito

[360] Idem, 25/1/1903, p. 1.
[361] *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro, 1/2/1903 e 8/2/1903. Uma análise mais extensa de uma outra greve de sapateiros, desta feita em 1906, também movida pela revisão da tabela de vencimentos e liderada pela mesma entidade de classe, pode ser encontrada em Maria Cecília Baeta Neves, "Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, abril/junho 1973.

Federal, num total estimado de 40 mil trabalhadores, 25 mil dos quais empregados em fábricas de tecidos.[362] Interessante notar que, junto aos operários fabris têxteis, destacaram-se na greve os alfaiates e pintores, setores de perfil nitidamente artesanal/especializado, bem como os estivadores, que se organizavam sindicalmente naquele momento.

As polêmicas entre as diversas tendências políticas atuantes no meio operário carioca naquele momento refletiram-se, como não poderia deixar de acontecer, naquele amplo movimento grevista. O Centro das Classes Operárias, sob a liderança do socialista Vicente de Souza e do qual tomava parte o tenente Vinhaes, estava distante da greve e fez críticas ao movimento, no que foi rebatido pelas lideranças grevistas, em tons mais próximos dos adotados pelo sindicalismo revolucionário. No debate sobre a greve, voltava à tona a questão – já presente nos embates em torno do Partido Operário na década anterior – sobre a legitimidade e a representatividade de lideranças não operárias no meio da classe trabalhadora. Como se vê pelo trecho a seguir, do jornal *Brasil Operário*:

> "Operários! Companheiros vossos somente são aqueles que trabalham ao vosso lado que sentem o frio do rigoroso inverno, o calor intensíssimo do verão, a falta de pão para a família (...) outros, porém, que vos venham perguntar o que sofreis, não, são meros impostores, que nada por vós farão; querem pura e unicamente conhecer o mecanismo da vossa sacrificada vida, para implorar a piedade por vós em proveito próprio. Estes só querem galgar as posições e sobre um montão de suas cabeças cheias de dor e pensamento pelos filhos, fazerem as suas escadas. Fora os doutores! Fora os tenentes! Fora os forjadores de papéis! Somente operário por operários!"[363]

Do ponto de vista material, a greve obteve conquistas, pois a demanda de redução da jornada e de 40% de reajuste salarial foi parcialmente atendida, já que os trabalhadores "obtiveram nove horas e meia e um aumento

[362] Seguimos aqui o já citado "Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro", apresentado ao 2º Congresso Operário de 1913 e publicado em *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1914, p. 3.
[363] *Brasil Operário*. Rio de Janeiro, 1ª quinzena de 1903, p. 3, *apud* Goldmacher, Marcela. *Movimento operário...*, *op. cit.*

insignificante". No que diz respeito ao balanço político, entretanto, a memória do movimento era bastante negativa, em razão das demissões: "moralmente [a greve] foi um fracasso completo, pois todas as fábricas demitiram grande quantidade de operários atingindo centenas de despedidos".[364]

O impacto negativo da greve sobre a categoria foi sentido de tal forma que a Federação acabou meses depois do fim da greve. Surgiria em seguida, porém, uma federação intersindical que mais tarde se transformaria na Federação Operária do Rio de Janeiro (em 1905), entidade promotora do Congresso Operário Brasileiro de 1906. No âmbito da categoria, os operários têxteis se reorganizaram, em 1908, com o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, que lideraria ainda no final daquele ano uma violenta greve na Fábrica Cruzeiro, motivada pela demissão de dois operários que faziam a propaganda do Sindicato, à qual se seguiram diversas outras.

A repressão

Outra dimensão importante para esta análise, como já deve ter ficado evidente pelos relatos de vários movimentos comentados anteriormente, é a da relação do Estado com organizações e movimentos dos trabalhadores urbanos cariocas (escravizados e livres), em que a polícia aparece como uma agente central. Os estudos sobre a origem das instituições policiais contemporâneas, em diferentes cenários nacionais do Ocidente, coincidem em demonstrar que algumas das principais atribuições das polícias, a partir do momento em que começaram a se profissionalizar, foram o controle sobre as formas de vida alternativas em relação ao assalariamento, assim como a vigilância sobre os instrumentos de organização, além da repressão sobre as estratégias de luta da classe trabalhadora. Os exemplos anglo-saxões podem acrescentar maior densidade histórica a esta afirmativa.

[364] "Relatório do Sindicato...", *op. cit.*, p. 3.

No caso inglês, Londres, por suas dimensões e centralidade política e econômica, concentrava desde o século XVII as mais significativas manifestações de resistência às novas formas de dominação política e exploração do trabalho. Peter Linebaugh demonstra como a introdução das relações de trabalho tipicamente capitalistas (com assalariamento e regime fabril) teve de enfrentar "partes da herança libertária e independente da Revolução Inglesa".[365]

Não por acaso, boa parte dos embates entre os patrões e a lei, de um lado, e os trabalhadores londrinos, de outro, deu-se em torno da atividade portuária no Rio Tâmisa. Tanto entre os doqueiros quanto entre os trabalhadores da construção naval imperava uma situação de profundo rebaixamento do ganho monetário, compensada pela ação cotidiana, justificada com base em costumes, de apropriação de "sobras" do transporte e da matéria-prima – as "surras", como eram chamadas.

A conjuntura do fim do século XVIII abriria espaço para mudanças, tanto por temor da força internacional das revoluções quanto pela necessidade de profunda alteração do processo produtivo, imposta aos capitalistas pela resistência dos trabalhadores ao assalariamento. Nos anos 1780, proliferaram formas mais abertas de resistência, como greves, motins e ataques a prisões e bancos. Na região portuária, diante do fracasso das diversas tentativas de controlar as apropriações de refugos e sobras pelos trabalhadores do Porto, nelas incluída a tentativa de criação de um corpo policial particular (nos anos 1760), a Companhia das Índias Ocidentais transformou a organização do trabalho, criando suas próprias docas e agilizando o processo de carga e descarga, por meio do uso de guindastes, do atracamento direto combinado ao confinamento da força de trabalho. O passo seguinte, em 1798, mostrou a disponibilidade do Estado em apoiar a iniciativa privada nesta direção, com a aprovação

[365] Linebaugh, Peter. "Crime e industrialização na Grã-Bretanha no século XVIII", em Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder.* São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 114. As considerações desenvolvidas nos próximos parágrafos sintetizam uma discussão realizada no capítulo 3 de Marcelo B. Mattos (coord.), *Greves e repressão...*, *op. cit.*

da Lei da Polícia do Tâmisa, criando a "primeira força policial assalariada, profissional, armada e centralizada da Inglaterra".[366]

A seqüência do processo se deu em 1829, quando foi aprovada a Lei da Polícia Metropolitana. Para Linebaugh:

> "A fábrica, o sistema de trabalho assalariado, o dinheiro, a racionalidade técnica, a mecanização e o comércio crescente tornaram-se a base moderna e industrializada para a acumulação (...) Tanto no nível social como no da produção, a polícia reforçava a nova civilização organizada pela mecanização e pelo dinheiro."[367]

Tal quadro ficaria evidente em 1833, quando essa nova polícia já se enfrentava violentamente com os protestos da União Nacional das Classes Trabalhadoras (de matriz owenista e radical).

A Polícia Metropolitana de Londres serviu de matriz para o processo de profissionalização das instituições policiais nos Estados Unidos (como a Polícia Metropolitana de Nova York, de 1853).[368] A despeito das polêmicas entre diversas matrizes interpretativas da história da polícia norte-americana, há certo consenso em localizar o período que atravessa a segunda metade do século XIX, até os anos 1910, como a fase de afirmação da polícia uniformizada e profissional.

Martha Huggins mostra como o processo de burocratização e profissionalização da polícia nos Estados Unidos serviu ao controle dos trabalhadores por parte de um Estado orientado pelos interesses de classe dos proprietários. Em primeiro lugar, por antepor entre os braços administrativo e militar do Estado, de um lado, e os setores dominados da sociedade, de outro, uma força civil que atraía para si a ira dos reprimidos, tornando menos óbvia a repressão estatal. Mas a profissionalização tinha também o efeito de apartar os encarregados

[366] Linebaugh, P. "Crime...", *op. cit.*, p. 131 e 132.
[367] Idem, p. 135.
[368] Monkkonen, Eric. H. *Police in Urban America.* Cambridge, Cambridge University Press, 1981, p. 41.

da vigilância e repressão daqueles que deveriam ser vigiados e reprimidos, afastando o perigo de identificação entre os policiais e os trabalhadores, assinalado por observadores anteriores. A profissionalização "implicava romper a auto-identificação dos escalões inferiores da polícia com a classe e a etnicidade daqueles que deviam controlar". Para tanto, teria sido necessário "transformar a atividade policial em uma ocupação integral do serviço público, e seus quadros, em funcionários públicos remunerados, fornecendo uniformes aos policiais para distingui-los visualmente dos cidadãos comuns, e estimulando que a autodefinição ocupacional se sobrepusesse à identidade étnica e de classe".[369]

Nas greves, a função de classe da polícia norte-americana ficou ainda mais evidente. Estudos como o de Sidney Harring mostram que a necessidade de repressão às greves e a progressiva demonstração de eficiência nessa tarefa por parte das polícias locais levam a uma legitimação da instituição junto aos proprietários e a um crescimento dos investimentos em formação, burocratização e especialização do corpo policial.[370] A função policial adquire relevo, conquanto garante "uma medida de disciplina e controle sobre a classe trabalhadora, que permite uma forma expandida de exploração no processo de trabalho – que consiste em mais trabalho, com menor resistência".[371] Em cidades como Chicago e Pittsburg a polícia municipal provou ser, quando das grandes greves de fins dos anos 1870, muito mais eficiente na repressão que as milícias estaduais, especializando-se ao longo dos anos 1880 na tarefa de controlar esses movimentos.[372]

Os casos anglo-saxões demonstram a íntima relação entre o processo de profissionalização das instituições policiais e os contextos de inchaço urbano, aglomeração, organização e protesto coletivo da classe trabalhadora em formação.

[369] Huggins, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998, p. 15.
[370] Harring, Sidney. *Policing a Class Society. The Experience of American Cities, 1865-1915*. Nova Jersey, Rutgers University Press, 1983.
[371] Idem, p. 13.
[372] Idem, p. 106.

Tomando o século XIX como termo de comparação, é possível dizer que houve especificidades marcantes no processo de constituição das instituições policiais no Brasil. Pautando-se pelo modelo português da Intendência Geral de Polícia de Lisboa, D. João VI criou a Intendência Geral de Polícia no Rio de Janeiro, cujo desenho institucional combinava atribuições administrativas e de obras urbanas com aquelas que hoje definimos como estritamente policiais. A separação das atividades propriamente policiais daquelas ligadas a outras esferas da administração pública se deu de forma gradativa após a Independência.[373]

É possível dizer que tanto em Portugal quanto no Brasil a formação de um corpo policial profissional esteve estreitamente vinculada a preocupações de controle sobre o "mundo do trabalho", ou mais especificamente sobre aqueles setores considerados "classes perigosas", tal como vadios e mendigos.[374] O primeiro intendente de Polícia do Rio, ao relatar seus feitos no fim da década de 1810, menciona a preocupação em – por meio do seu aproveitamento como força de trabalho em obras públicas – evitar a proliferação dos ociosos. O "vício do ócio" aparece então como uma tentação para homens livres, artífices e jornaleiros, que quando viam assegurada a sua subsistência " (...) melhoravam de costumes, e não tinham ociosidade para se darem, como costuma suceder, aos vícios que sempre acarretam grandes males à sociedade".[375]

Porém, como em todos os outros campos do social, a marca da escravidão imprimia particularidades ao caso brasileiro. Entre as principais atribuições da polícia urbana na época de seu surgimento esteve a de vigiar e reprimir os

[373] Sobre este aspecto, ver Mario Jorge da Motta Bastos (*et al*), "A vadiagem – definição, criminalização e repressão (de Portugal no século XIII ao Brasil no século XX)". *Anais do V Encontro Regional de História da ANPUH-RJ*. Niterói, UFF, 1992, p. 784 *ss*.
[374] O termo "classes perigosas" era de ampla circulação no século XIX, referindo-se ao proletariado de forma geral, mas mais especificamente aplicado àqueles considerados ociosos. Ver Alberto Passos Guimarães, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1981.
[375] "Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia durante todo o tempo em que a serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana". *Revista do IHGB*, tomo 55, parte 1. Rio de Janeiro, 1892.

escravos da cidade, punindo comportamentos ameaçadores à ordem e buscando evitar a qualquer custo as temidas rebeliões escravas.[376]

As tarefas cotidianas do Corpo Policial da Corte incluíam a vigilância sobre a circulação dos escravos urbanos, especialmente aqueles que trabalhavam nas ruas da cidade, como os ganhadores, evitando ajuntamentos e reprimindo qualquer tipo de comportamento individual ou coletivo considerado ameaçador à ordem.[377] Tal vigilância policial, em especial nos momentos de maior temor com as revoltas de escravos, como nos anos subseqüentes ao levante dos malês em Salvador, mostrou-se particularmente preocupada com organizações coletivas que reunissem escravos, como as irmandades. Páginas atrás mencionamos o fato de que, ao lidar com paralisações do trabalho de escravos – fossem elas entrelaçadas com algum tipo de confronto violento com os proprietários ou não –, os policiais sempre as encaravam como sedições ou rebeliões e agiam com dureza na sua repressão.

Mesmo quando a luta pela liberdade na Corte havia atingido as grandes proporções da vaga abolicionista dos anos 1880, a polícia continuava a tratar como prioridade a repressão aos escravos fugidos, e os diversos "quilombos abolicionistas" espalhados pela cidade tinham a constante preocupação de driblar a "polícia negreira" chefiada por Coelho Bastos, conhecido como "rapa-coco".[378] A ação da polícia diante do crescimento e da radicalização das manifestações abolicionistas seria considerada uma prioridade pelas autoridades da época. O ministro da Justiça e Negócios Interiores, em seu relatório de 1883, no item sobre a Polícia da Corte, assim justificava a necessidade de uma reforma policial:

> "Longe, até, de decrescer em interesse no meio do movimento político e da instância com que certas necessidades nacionais estão reclamando medidas que nos preparem o futuro, a importância de providências, capazes de assegurar a devida energia e todas as

[376] Ver a esse respeito Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
[377] Ver a esse respeito o artigo de Luiz Carlos Soares, "Os escravos de ganho...", *op. cit.*
[378] Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura, op. cit.*, p. 26 *ss*.

> qualidades de eficácia profissional a este ramo de serviço, parece avultar ante as eventualidades que naturalmente impelem sobre a ordem social nas quadras de agitação reformista, nem sempre dirigida pelos seus promotores com o espírito de legalidade que o patriotismo inspira aos amigos da estabilidade e do direito no progresso."[379]

Também formas de atuação como a de João de Mattos e seu grupo, que resultara no "levante" carioca em 1881, no qual dezenas de escravos haviam fugido para Piraí, ao que parece, despertavam a atenção da polícia, pois o relatório do chefe de Polícia da Corte, de 1883, referente ao ano anterior, afirmava a necessidade de vigilância sobre os "cursos de dança". Um deles servira de fachada legal para o bloco de defesa fundado com o fito de "guerrear a escravidão de fato", a que já fizemos referência. Dizia o chefe de Polícia que "estabeleceu-se também, sem postura ou regulamento, que os sujeite à ação de autoridade, os chamados cursos de dança".[380]

Tão logo, entretanto, o regime escravista chegou ao fim, a polícia passou por redefinições importantes de suas atividades principais. As marcas da escravidão não seriam apagadas de imediato e muito do esforço policial prioritário de prender e processar ociosos nas décadas de 1890 e 1900 pode ser associado a uma visão sobre a inadequação do negro ao trabalho sob o regime do assalariamento, a não ser que uma força coercitiva assegurasse a disponibilidade daqueles braços para o mercado de trabalho urbano em (re)formação.[381]

Prevenir e reprimir os distúrbios causados pelos levantes da multidão também era uma das tarefas privilegiadas pela polícia no período das grandes agitações populares, como os motins urbanos que assolaram a capital entre 1880 (ano da Revolta do Vintém) e 1904 (quando ocorreu a Revolta da Vacina).

[379] *Relatório do Ministério...1883, op. cit.*, p. 134.
[380] "Anexo G", em *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883, p. 13.
[381] Sobre a repressão à vadiagem na virada do século XIX para o XX, ver Marcelo Badaró Mattos, *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados no Rio de Janeiro da virada do século*. Niterói, UFF, 1991 (dissertação de mestrado).

No relatório do Ministério da Justiça de 1880,[382] a repressão à Revolta do Vintém, em 1º de janeiro daquele ano, resultou em três mortes assumidas pela polícia. É possível considerar a possibilidade de mortes não registradas, pois algumas fontes da época chegaram a falar de 30 mortos, o que parece ser uma estimativa muito elevada. A violência oficial foi justificada como necessária em face das "manifestações tumultuárias, que, embora passageiramente, interromperam em parte o serviço das companhias de carris". Segundo o relatório, síntese das informações prestadas pelo chefe de Polícia, "em vários pontos arrancaram-se trilhos, arruinaram-se veículos, e houve recusas freqüentes ao pagamento da contribuição, acompanhadas de ameaças e outros atos agressivos".

No epicentro dos conflitos, em especial na Rua Uruguaiana, segundo o relatório, "tomaram maior vulto estas cenas lamentáveis, tornando inevitável a intervenção da força pública". Na seqüência, o relatório informa as proporções do confronto: "Entre esta (a força pública) e os amotinados travou-se conflito, de que resultaram três mortes, além de algumas contusões e ferimentos em 28 pessoas, contando-se entre estas 9 praças de linha, incluídos 3 oficiais, e 15 praças da Guarda Urbana."

As conclusões do ministro louvavam a ação policial, apesar de um resultado desastroso como o acima relatado: "Com a constante vigilância e medidas eficazes das autoridades foi restabelecida a ordem pública, sem que houvesse a deplorar conseqüências mais funestas de fatos tão contrários à índole pacífica da população."[383]

Sinal dos tempos importante para uma análise do processo de formação da classe foi o fato de que na década de 1890 o fenômeno das greves passava a ganhar maiores dimensões, o que repercutiria imediatamente na polícia. O regime republicano, que se implantara em nome do povo, defrontava-se com o

[382] *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1880.
[383] Idem, p. 4.

protesto coletivo organizado dos trabalhadores. Assim o relatório do ministro da Justiça, tratando do período entre setembro de 1890 e abril de 1891, diagnosticava "dois únicos fatos, de caráter sério, que puseram em sobressalto a população desta capital": uma greve de cocheiros e carroceiros em dezembro e uma greve dos ferroviários da Central do Brasil, em fevereiro. A primeira, cuja principal demanda era a revogação do artigo do Código Penal que criminalizava as paredes, teria sido produto dos conselhos dados "por agitadores vulgares, que exploram a ignorância e a credulidade alheias". Já no segundo episódio, uma greve movida por demandas salariais, "alguns trabalhadores da linha procuraram embaraçar o tráfego, sendo morto nessa ocasião, em Cascadura, o português Martinho José de Moraes, por um agente da força pública".[384]

No relatório anexo ao do ministro naquele ano, o chefe de Polícia do Distrito Federal atribui a um fator externo – a imigração – a ocorrência de episódios "surpreendentes" como as greves. Para o chefe de Polícia,

> "o movimento que agora agita as nações européias, formulando como bandeira de combate a guerra contra o capital, contra os elementos conservadores da sociedade, já nos envia também os seus propagandistas, que se encarregam de acumular o combustível entre as classes menos abastadas para fazer as suas explosões, alternativamente com menosprezo do princípio da autoridade e estremecimento dos grandes e reais interesses da nossa pátria."[385]

Na virada de 1891 para 1892, um conflito de dimensões ainda mais violentas atingiria a Central do Brasil. Ferroviários em greve enfrentaram à bala a força policial – que deslocou cerca de 300 policiais armados para a gare da Central. O resultado do conflito pode ser medido pelas notícias de um ferroviário e um policial mortos, assim como cerca de 30 feridos entre os trabalhadores.[386]

[384] *Relatório do Ministério de Estado dos Negócios de Justiça*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p. 6.
[385] "Relatório do Chefe de Polícia da Capital Federal", em idem, p. 3.
[386] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31/12/1891, 1/1/1892 e 2/1/1892.

O crescimento numérico das greves no início do século XX gerou a necessidade de que a polícia carioca conferisse especial atenção às manifestações operárias. No trecho sobre as "Paredes Operárias", do relatório do chefe de Polícia Cardoso de Castro, referente a 1903-1904, encontramos duas páginas que resumiam as concepções e atitudes policiais em face das greves.[387]

O relatório constatava que as greves assumiam proporções inéditas, mas faz questão de ressaltar que não se constituíam ainda em ameaça à ordem pública, devendo ser encaradas como um fenômeno natural em condições de desenvolvimento industrial, como o caso europeu já ilustrava a tempo. Afinal, segundo o chefe de Polícia, "onde quer que o capital comece a auferir lucros, o trabalho forçosamente acabará reclamando a parte que lhe cabe". Por isso o Estado não deveria, segundo ele, "intervir diretamente nessa luta". Caberia, isto sim, um papel imparcial, como o que adotara nas greves daquele ano: "procurei, sempre que foi possível, fazer obra de conciliação".

Na prática, porém, a teoria era outra, pois em nota a este mesmo trecho do relatório Cardoso de Castro distingue a greve em fábricas – "um movimento de ação bastante lenta, cujos efeitos (...) não causam ao público prejuízos ou transtornos imediatos" – da greve em setores como os transportes públicos, pois neste tipo de movimento "o direito individual, no caso entra logo em conflito com o interesse da coletividade". Nesses casos, "a ação da polícia deve corresponder à violência desse recurso quase sempre intempestivo e subitâneo, que já em si representa uma coação intolerável".

A doutrina da conciliação e da não-intervenção expressa nas letras grandes do texto desaparece nas letras miúdas da nota, que dá conta de ações repressivas concretas contra greves de cocheiros. Nesta linha, o texto do relatório aponta claramente o caminho por onde a polícia justifica esse deslocamento da conciliação para a repressão:

[387] "Anexo C", em *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904.

"Acresce que, em tais circunstâncias, os próprios paredistas em geral se fracionam, ficando de um lado os elementos tumultuários e de outro os que preferem recorrer aos meios menos violentos. E a liberdade de trabalhar, inquestionavelmente mais legítima do que a de não trabalhar, sofre logo as mais insólitas agressões, precisando portanto estas de uma repressão enérgica e pronta da parte dos poderes públicos."[388]

Não deve ser desprezado, também, o fato de a vigilância sobre a classe trabalhadora em formação, em especial no aspecto de suas organizações e formas de luta, ter sido uma atribuição cada vez mais enfatizada nos regulamentos policiais, desde os anos 1890.

Assim, o regulamento policial de 1900 já definia a especificidade e a importância da "polícia política" quando definia competências: " (...) a polícia política compete privativamente ao chefe de Polícia, de acordo com as ordens e instruções do Ministério da Justiça".[389] Por regulamento de 1907, tais competências seriam exercidas por um grupo especializado de policiais, reunido no Corpo de Investigação e Segurança Pública. Em 1920, na esteira das grandes mobilizações operárias dos anos anteriores, como a greve geral paulistana de 1917 e a insurreição operária abortada pela ação policial no Rio de Janeiro, o nível de especialização da ação policial se aprofunda e a tarefa de conter o movimento operário se explicita. O Corpo de 1907 dá lugar à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública. A Inspetoria é definida como "instituição autônoma, subordinada ao chefe de Polícia", competindo-lhe entre outras atribuições "a manutenção da ordem pública". Contava com oito seções, entre elas a de "ordem social e segurança pública", única que não se submetia a subinspetores, estando "sob a responsabilidade imediata e direção exclusiva da Inspetoria". Entre as atribuições estavam: "zelar pela existência política e

[388] Idem, p. 30.

[389] Um quadro histórico da evolução das tarefas de polícia política, em especial na vigilância aos trabalhadores, com indicação da legislação específica, pode ser encontrado no anexo do livro já citado de Marcelo B. Mattos (org.), *Greves e repressão...*, *op. cit.*

segurança interna da República (...), desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestação ou modalidade de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos".

No Direito Público brasileiro, o tratamento ao fenômeno social da greve oscilou entre considerá-la um delito ou um direito. O Código Penal de 1890 estipulava a pena de prisão celular de um a três meses para quem "causar ou provocar a cessação do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário" (art. 206). Uma campanha movida pelo Centro do Partido Operário, mencionado no capítulo anterior, levou o governo a suprimir a norma do art. 206 do Código Penal, por meio do decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890.[390] Mas o tratamento policial das greves, como vimos, continuava a encará-las a partir da ótica do crime.

Girando nossa atenção para o pólo oposto – o dos trabalhadores –, nas primeiras décadas da República essa ênfase repressiva policial sobre suas organizações e manifestações era um dado sensível no cotidiano. Para ficarmos apenas num exemplo de vigilância intimidatória, podemos citar o relato de um comício contra a carestia, promovido no Largo de São Francisco, em 1913, publicado na *Voz do Trabalhador*, com o significativo título de "Só mesmo de um... polícia":

> "Não sei baseado em que, com que direito, o delegado de polícia que assistia, nervoso, ao referido comício, cercado por uma chusma de eleguins, por intermédio de um destes, exigia dos oradores os seus nomes, residência e até onde trabalhavam..."[391]

Em outros momentos, a ação repressiva ia, como vimos, muito além da vigilância ostensiva, atuando para desmontar os movimentos grevistas até mesmo por meio da infiltração nas organizações de trabalhadores. Foi o que aconteceu, segundo o relato dos próprios trabalhadores, durante a greve nas

[390] Ver a esse respeito os textos de Silvia Saboya Lopes, e Lizete Belido Barreto na coletânea organizada por Amauri M. Rocha Nascimento e Pedro Vidal Neto, *Direito de greve: coletânea de direito do trabalho*. São Paulo, LTR, 1984.
[391] *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1/3/1913, p. 1.

fábricas de tecidos, em meio a diversas outras categorias, em agosto de 1903. Na recuperação da trajetória da categoria, produzida 10 anos depois, atribui-se grande responsabilidade pela derrota da greve à atuação de "um tal Francisco Fernandez, que se dizia desenhista do Ministério do Interior, mas que não passava de um agente especial do corpo de segurança pública, junto ao ministro da Justiça, segundo ficou quase averiguado depois".[392]

Vale a pena reproduzir o relato dessas memórias sobre a forma como atuou o agente policial, orientando inclusive a atuação patronal para desmontar a greve:

> "Este senhor foi que organizou um comitê de greve com mais três comparsas com o fim expresso de a fazer fracassar, o que conseguiu, e segundo versão corrente ele aconselhou os patrões a que fizessem apitar as máquinas durante três dias chamando os operários ao trabalho e que afixassem um boletim na porta do estabelecimento ameaçado de demissão os que não comparecessem durante esses três dias, que os operários devido à sua pouca orientação ficariam amedrontados e entregariam o pescoço ao cutelo, o que surtiu o efeito desejado."

É preciso registrar que, naquela greve como em outras, apesar de todo o registro repressivo (neste caso, centenas de praças a pé e tropas a cavalo foram mobilizados em diferentes momentos para reprimir manifestações), existiram episódios em que comissões de grevistas buscaram o chefe de Polícia do Distrito Federal, solicitando que intermediasse negociações com os patrões. Marcela Goldmacher localizou alguns desses momentos e observou que mais de uma vez

> "a polícia, que atuava repressivamente, conforme aos interesses patronais, era chamada por entidades de trabalhadores a assumir papel de mediação. A tática poderia significar tanto o reconhecimento da autoridade, quanto uma tentativa de prevenir a repressão, apresentando-se antes à polícia, como grevistas, mas não desordeiros".[393]

[392] As informações e citações sobre esse episódio foram retiradas do "Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos...", *op. cit*.
[393] Goldmacher, M. *Movimento operário...*, *op. cit.*, p. 62.

Seja na forma da "conciliação", da "infiltração" ou da repressão violenta, o fato é que a intervenção policial no controle sobre os movimentos dos trabalhadores – influindo diretamente, portanto, a favor dos patrões em conflitos determinantes para a fixação do preço da força de trabalho – demonstra os limites do liberalismo propagandeado pelos arautos governamentais na Primeira República.

No entanto, resistindo e lutando contra a exploração por meio de suas organizações e movimentos coletivos, enfrentando a repressão patronal e policial, os trabalhadores manifestavam e, concomitantemente, construíam sua consciência de classe. Ela é o tema do próximo capítulo.

CONSCIÊNCIA

Este último capítulo é dedicado à discussão das manifestações da consciência de classe entre os trabalhadores cariocas. Retomando o referencial teórico apresentado na introdução, resgatamos um aspecto da conceituação de classe expressa por E. P. Thompson, segundo o qual

> "as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real."[394]

Em seu estudo *A formação da classe operária inglesa*, Thompson já havia apresentado esse modo de encarar o conceito ao analisar o caso histórico inglês, destacando duas faces do mesmo processo de construção da consciência de classe dos trabalhadores: de um lado, a identificação de interesses comuns entre as mais variadas categorias profissionais; de outro, a constatação da oposição desses interesses aos de outra(s) classe(s):

[394] Thompson, E. P. "Algumas considerações sobre classe...", *op. cit.*, p. 100.